

PROPOSTA Nº 799 - P/2015

Considerando, que:

No âmbito do Plano de Internalização, decorrente da dissolução das Empresas Municipais EDUCA e HPEM, bem como a transformação da Empresa Municipal SINTRAQUORUM, foi autorizada a abertura de procedimentos concursais comuns para recrutamento de 39 Assistentes Operacionais (Ajudante de Cozinha), 16 Assistentes Operacionais (Cozinha), 17 Assistentes Operacionais (Gestão de Instalações Desportivas) e 2 Assistentes Operacionais (Manutenção de Equipamentos Educativos) para postos de trabalho correspondentes a funções ou atividades que os trabalhadores cedidos se encontravam a executar, no contexto dos processos de internalização, por recurso unicamente a candidatos já detentores de prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado, ou equiparados;

O número de candidaturas que logrou obter-se aos referidos procedimentos concursais se manifestou, desde logo, insuficiente, obstando, assim, ao provimento da totalidade dos postos de trabalho já identificados, como necessários à concretização das atividades objeto de internalização, pelo que, foi aprovado, por deliberações dos Órgãos Executivo e Deliberativo, respetivamente de 10/02/2015 e de 19/02/2015, o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de seis Assistentes Operacionais (Ajudante de Cozinha), dois Assistentes Operacionais (Cozinha), um Assistente Operacional (Manutenção de Equipamentos Educativos) e três Assistentes Operacionais (Gestão de Instalações Desportivas) por recurso a candidatos sem prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado – Proposta nº 95-P/2015, de 30/01/2015;

O Orçamento de Estado para 2015 – aprovado pela Lei nº 82-B/2015, de 31 de Dezembro, estabelece, em matéria de *Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais* - artigo 64º, que, estas não podem, em regra, encetar procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, destinados a candidatos que não possuem uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sendo que tal só pode ocorrer em situações excecionais, devidamente fundamentadas, em que o órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, pode autorizar a abertura dos referidos procedimentos concursais, e desde que se verifiquem, cumulativamente, os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015.

Referem, ainda, os nºs 3 e 4 do referido artigo que, "(...) A homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data da deliberação de autorização prevista no número anterior, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada.", sendo "(...) nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números

Reuniao de

2. O OUT, 2015

Docº Agendado com o

Nº 9

anteriores, (...) havendo lugar a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa de montante idêntico ao despendido com tais contratações ou nomeações (...)".

Assim, e considerando que:

- O procedimento concursal para recrutamento de 3 Assistentes Operacionais (Gestão de Instalações Desportivas) foi aberto por aviso publicado em Diário da República, 2ª série, nº 51, de 13 de março de 2015, tendo sido já concretizada a aplicação do 2.º método de seleção obrigatório;
- Os restantes procedimentos concursais, acima identificados, foram abertos por aviso publicado em Diário da República, 2ª série, nº 108, de 04 de junho de 2015, e serão sujeitos à aplicação de 3 métodos de seleção, um dos quais, a Avaliação Psicológica, em que é necessário recorrer a entidade externa para aplicação do mesmo.
- A existência de um elevado número de procedimentos concursais a decorrer em simultâneo, consequentes do processo de internalização das Empresas Municipais, que importará, nesta oportunidade, priorizar de modo a acautelar a sua execução e conclusão dentro dos prazos legais estabelecidos para o efeito, e que decorrem das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respetivamente de 21 e 28 de fevereiro de 2014, que aprovaram a dissolução das Empresas Municipais EDUCA e HPEM, bem como a transformação da Empresa Municipal SINTRAQUORUM, com a concomitante internalização das atividades definidas no Plano de Internalização apresentado;
- Os factos acima expostos tornam inviável a conclusão dos referidos procedimentos dentro do prazo da autorização concedida, em 19/02/2015, pela Assembleia Municipal, e que a Lei do Orçamento de Estado para 2015, prevê, no seu artigo 64º, no que respeita à abertura de procedimentos concursais comuns para recrutamento de trabalhadores por recurso a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, a necessidade de se obter a renovação da autorização do Órgão Deliberativo sob proposta do Órgão Executivo, nos exatos termos e em cumprimento do estatuído no n.º 3 do artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015; e, considerando, por fim, que importará, pelas razões acima aduzidas, acautelar a renovação da autorização inicialmente concedida, com os fundamentos atrás expostos.

Tenho a subida honra de PROPOR ao órgão executivo municipal que, nos termos do artigo 64º do Orçamento do Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, **delibere aprovar, e submeter a subsequente deliberação da Assembleia Municipal, a renovação da deliberação de autorização para recrutamento de seis Assistentes Operacionais (Ajudante de Cozinha), dois Assistentes Operacionais (Cozinha), um Assistente Operacional (Manutenção de Equipamentos**

Reunião de

Educativos) e três Assistentes Operacionais (Gestão de Instalações Desportivas), na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, por recurso a candidatos sem prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por novo prazo de seis meses, com fundamento na impossibilidade de concretização dos recrutamentos dentro do prazo inicial da mesma, atentas as fases procedimentais, legalmente impostas, que faltam ainda desenvolver-se até à conclusão dos procedimentos concursais comuns em curso.

Paços do Concelho de Sintra, 7 de Outubro de 2015,

O Presidente da Câmara,


Dr. Basílio Horta

Reunião de

2.º OUT. 2015

Doc.º Agendado com o
Nº 9

